

eleição presidencial
ELEIÇÕES 98 "Só mais imposto resolveria"

Pacheco não vê reforma como solução

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – O coordenador do programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Carlos Pacheco, afirmou, ontem, que a votação de uma reforma tributária ainda este ano não vai solucionar o problema fiscal do país. “É possível aprovar a reforma tributária ainda em 1998”, segundo Pacheco. “Mas o problema fiscal brasileiro só seria resolvido com um aumento da carga tributária, o que está completamente fora de questão”, completou. A crise internacional e os reflexos no crescimento econômicos do país levaram o coordenador do programa de Fernando Henrique a refazer as estimativas para o próximo ano. Ele aposta que a economia vai crescer, não 3% como afirmara antes da crise, mas 2% em 1999.

Para o líder do governo na Câmara, deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), não existe a menor condição de ser votada uma reforma tributária ainda este ano como defendem outras lideranças de partidos da base de sustentação do governo. A manifestação de Ronaldo César Coelho contraria, inclusive, a disposição do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e de Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara dos Deputados, que defendem uma mobilização de emergência do Congresso, após o primeiro turno das eleições, para votar a reforma do sistema tributário.

Custo – Segundo o coordenador Carlos Pacheco, “o problema nas contas públicas do governo é decorrente, principalmente, do déficit da

Previdência e do custo financeiro da política de juros altos”. Na visão do coordenador, a reforma tributária que o governo pretende votar até o final desse ano teria efeito apenas secundário na situação fiscal, ao diminuir o déficit previdenciário caso se encontre uma fórmula para a redução da informalidade na economia.

Pacheco afirmou que o efeito dessa reforma tributária de emergência seria mais sentido na balança comercial do país. “Uma reforma tributária poderia acentuar a desoneração das exportações e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros”. Ainda assim, ele ressalva que a meta estabelecida de dobrar o volume das exportações nos próximos quatro anos, só será atingida com políticas pontuais para os 55 produtos selecionados pelo governo para merecer essa atenção. “Sem pesquisar para descobrir nichos de mercado e sem conhecer a realidade de cada produto exportável do Brasil, não se tem como aumentar a presença do Brasil no comércio mundial. Não bastam políticas globais”, disse Pacheco.

Prioridade – César Coelho defende um esforço concentrado dos parlamentares para votar matérias de interesse do governo após o dia 4 de outubro, mas diz que a prioridade deve ser concentrada na votação da emenda da Previdência. “Não será em apenas um mês que vamos conseguir resolver o problema tributário do país”, afirmou César Coelho. Ele quer também aprovar a emenda que permite a manutenção por mais um ano a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada a financiar a área da Saúde.